



## EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE DEVASTAÇÃO DO TRABALHO

*Expressions of the social question in a period of devastation of the labour market*

**Maria Carmelita Yazbek\***

 <https://orcid.org/0000-0002-4785-472X>

### RESUMO

Este artigo aborda as particulares características da Questão Social na contemporaneidade, especialmente no Brasil e na América Latina, em tempos de domínio do Capital Financeiro e de seus impactos destrutivos sobre o mundo do Trabalho. Trata a Questão Social sob a ótica da Lei Geral da Acumulação, mas longe de defini-la por qualquer unicausalidade, apresenta-a mediada, em seus vínculos históricos, políticos, econômicos e culturais com os processos sociais que presidiram a formação social nos países em questão.

### PALAVRAS-CHAVE

Questão Social, Capital Financeiro e Lei Geral da Acumulação.

### ABSTRACTS

The present article analyzes the particular characteristics of the Social Question in contemporary times, especially in Brazil and Latin America, in times of dominance of Financial Capital and its destructive impacts on the world of work. It investigates the Social Question having as reference the General Law of Accumulation, but far from defining it by any single-use, it presents it mediated, by historical, political, economic and cultural links with the social processes that guided over the social formation in the countries in question.

### KEYWORDS

Social Question, Financial Capital and General Law of Accumulation.

Submetido em: 8/12/2021.

Aceito em: 21/12/2021.

---

\*Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professora do programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PUCSP, São Paulo, Brasil). R. Monte Alegre, n.984, Perdizes, São Paulo (SP), CEP.: 05014-901. E-mail: [mc yaz@uol.com.br](mailto:mc yaz@uol.com.br).

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p16-30

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## APRESENTAÇÃO

Este texto, elaborado como comemorativo de edição temática acerca da Questão Social, a Revista Temporalis n.3 de 2001, apresenta sob a perspectiva da história, algumas reflexões acerca das particulares características da Questão Social, na contemporaneidade, com seus enormes custos sociais, especialmente sobre o Trabalho. Nesse sentido, são reflexões que vem sendo construídas tendo como referência a análise do contexto da complexa e multifacetada crise do capital com seu mundo de mercado, sua ênfase no neoliberalismo “[...] como estratégia específica de promoção de mais mercado [...]” (SUM, 2012, p. 4), seus processos brutais de exploração da força de trabalho, na direção da extração de mais valor, de privatização e de multiplicação de mecanismos a favor do mercado. Contexto, onde se observa a monetarização de políticas sociais residuais que evidenciam a orgânica relação entre as mudanças em andamento na esfera da economia política e nas políticas sociais contemporâneas, que se tornam cada vez menos universais e mais focalizadas. Âmbito privilegiado do exercício profissional e lugar onde a profissão participa de processos de resistência e constrói alianças estratégicas na direção de um outro projeto societário.

É sempre bom lembrar, com Iamamoto, que nesse processo, “[...] o capital financeiro assumiu o comando da acumulação envolvendo a economia e a sociedade, a política e a cultura, marcando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 107). A produção se mundializou, com processos de flexibilização produtiva, com avanços tecnológicos e informacionais, com a robótica, com fortes impactos ambientais e, sobretudo com mudanças profundas nas formas de organização das relações de trabalho e da economia, modificando o emprego estrutural, caracterizado por um lado, pela flexibilização produtiva e segmentação dos trabalhadores em estruturas ocupacionais cada vez mais complexas e por outro, pela crescente precarização do trabalho e dos trabalhadores. Como nos lembra Raichelis (2013) as

[...] transformações que o mundo do trabalho vem experimentando nas últimas décadas caracterizam uma *nova era de precarização estrutural do trabalho* (Antunes..2013) que desencadeia mudanças profundas nas formas de organização e relações do trabalho, gerando processos continuados de informalização, insegurança e desproteção no trabalho, e novas formas de contratação da força de trabalho assalariada através de trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, além das formas regressivas que se supunha eliminadas como o trabalho escravo, o trabalho infantil, para citar apenas algumas das diferentes formas de precarização a que estão submetidos os trabalhadores no mundo do trabalho” (RAICHELIS, 2013, p. 617- 618).

Para apresentar as atuais configurações da Questão Social o recurso à história e à interlocução da profissão com seu movimento, foram o ponto de partida. Nesse sentido, são inicialmente apresentados alguns referentes histórico-conceituais sobre a emergência da Questão Social no contexto europeu da sociedade industrial e suas particulares características no capitalismo periférico e dependente no Brasil e na América Latina.

Após essa rápida contextualização, são apresentadas as orgânicas e históricas relações que se estabelecem, mediadas especialmente pelo Ideário Católico, entre Serviço Social e Questão Social.

Assim, a Questão Social é característica fundante da profissão e percorre o desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro configurando, com o Trabalho, um dos eixos sustentadores das Diretrizes Curriculares em vigor desde 1996. Nesse sentido, é fundamental ter presente que as Diretrizes Curriculares têm como pressuposto a permanente atualização dos três núcleos de fundamentação, em torno dos quais os componentes curriculares são agrupados: “núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social”; “núcleo de fundamentos da sociedade brasileira” e “núcleo de fundamentos do trabalho profissional”.

Nesse processo de atualização histórica e continuada, de explicitação e desvendamento das características da Questão Social brasileira, merece destaque nos anos recentes o debate acerca de questões relativas ao Racismo Estrutural que permeia as relações sociais em nosso país, assim como a dimensão da opressão presente nas relações de gênero, que atravessa a vida das classes subalternizadas na sociedade brasileira e com as quais cotidianamente nos defrontamos.

### **1 Rápidos antecedentes históricos e conceituais sobre a Questão Social na Europa do século XIX e no Brasil**

Historicamente, a denominada “questão social”, foi, um tema crucial no debate público da Europa Ocidental especialmente a partir da terceira década do século XIX (1830). Suas principais características se manifestaram no conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas da emergente sociedade industrial e configuravam um fenômeno que resultava desses primórdios da industrialização: tratava-se do fenômeno do pauperismo.<sup>1</sup>

Como sabemos, no início da Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, mas também na França, vai ocorrer a pauperização massiva desses primeiros trabalhadores das concentrações industriais. Sem dúvida, o empobrecimento desse primeiro proletariado, constituído por uma população flutuante, miserável, cortada de seus vínculos rurais vai ser uma característica imediata do iniciante processo de industrialização.

Cenário inquietante, no qual as atividades urbanas perdem o vínculo com o tempo da natureza e são introduzidas no “[...] tempo útil do patrão, o tempo abstrato e produtivo, o único concebido como capaz de gerar abundância e riqueza, e, mais importante ainda, o único capaz de constituir a sociedade disciplinada de ponta a ponta...a sociedade do trabalho se institui e elabora sua própria imagem” (BRESCIANI, 1982, p.18). Londres em meados do século XIX é uma cidade marcada pelos contrastes entre riqueza, miséria e degradação humana. A instabilidade do mercado de trabalho acentua a extrema exploração do trabalhador e força-o a residir no centro da cidade, próximo aos lugares onde sua busca de emprego ocasional se faz possível a cada manhã.

Ainda observa Bresciani (1982, p. 25) sobre esse contexto histórico:

“As péssimas condições de moradia e a superpopulação são duas anotações constantes sobre os bairros operários londrinos” (BRESCIANI, 1982, p. 25) ... Nessas áreas, a superpopulação cresce e piora as condições sanitárias das moradias. “Nas casas até os porões são usados como lugar de morar e em toda parte acumulam-se detritos e água suja. Aí moram os mais pobres

---

<sup>1</sup> Robert Castel (1998, p. 30) assinala alguns autores como E. Burete e A.Villeneuve-Bargemont que utilizam a expressão para dar conta da miséria e do pauperismo. Trata-se de uma expressão estranha ao universo marxiano (IAMAMOTO, 2001, p. 11), embora os processos que ela traduz encontrem-se no centro da análise de Marx.

dentre os pobres, os trabalhadores mal pagos misturados aos ladrões, aos escroques e às vítimas da prostituição. Nesse centro de Londres numerosas ruelas de casas miseráveis entrecruzam-se com as ruas largas das grandes mansões e os belos parques públicos; essas ruelas lotadas de casas abrigam crianças doentias e mulheres andrajosas e semimortas de fome” (BRESCIANI, 1982, p. 25).

Conforme o relato de Engels em 1844: “Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes, onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos e camisas limpos são decências desconhecidas, onde todo cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia seus cabelos” (Engels, 1975 in BRESCIANI, 1982 p. 26).

Efetivamente, as condições de trabalho nas fábricas e as condições de vida e de trabalho da emergente classe operária inglesa, que foram exaustivamente descritas por Marx, Engels, Thompson entre outros, somam-se a problemas regulados pelas Leis do Pobres que busca diferenciar o homem pobre que trabalha e o homem pobre sem trabalho.

Os custos humanos da experiência fabril e da sociedade industrial levam ao questionamento acerca da natureza das transformações inerentes à industrialização, que trazem consigo a *questão inglesa*, ou a *questão social*, com seus desdobramentos sociais e políticos.

Como sabemos, no mesmo contexto, a Nova Lei dos Pobres de 1834 vai exigir que “[...] todos os requerentes do auxílio público deveriam entrar nas Casas de Trabalho (Workhouses) [...] casas que configuravam uma verdadeira prisão e mantinham a separação entre pobres no trabalho e pobres fora do trabalho” (BRESCIANI, 1982, p. 101).

Do ponto de vista histórico, como assinala Netto (2001) acerca do pauperismo, “[...] tratava-se de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição de bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2001, p. 42-43).

Ainda, como observa Pastorini (2010, p. 110), reiterando as inéditas características desse processo: “A industrialização, violenta e crescente, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material e moral... dessa forma, vincula-se necessariamente ao aparecimento e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no mundo da política” (PASTORINI, 2010, p. 110).

Obviamente, esse primeiro proletariado vai aos poucos se organizando como classe trabalhadora (em sindicatos e partidos proletários), como movimento operário, com suas lutas, reivindicando e alcançando melhores condições de trabalho e proteção social. Através de seu protagonismo e ação organizada, os trabalhadores e suas famílias ascendem à esfera pública, colocando suas reivindicações na agenda política. As desigualdades sociais não apenas são reconhecidas, como reclamam a intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. A questão social, portanto, resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a

resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho e, seus protestos das mais diversas formas, vão configurar “[...] uma ameaça real às instituições existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou como ‘questão social’” (NETTO, 2001, p. 43).

Obviamente, essa questão não se apresenta de modo unicausal, assumindo mediações que configuram as características das realidades nacionais em que vai ocorrer. chamar a atenção para o fato de que “[...] longe de qualquer unicausalidade [...]” Netto, (2001, p. 46) a Questão Social se expressa nas diferentes nações mediada por características históricas, políticas e culturais de cada sociedade.

Assim, por exemplo, na América Latina a Questão Social vai expressar os traços comuns da longa história de dependência do Continente, que o condiciona: a colonização imposta, a questão indígena, as lutas pela independência, o escravismo, a luta pela terra, o desrespeito aos trabalhadores, a opressão às mulheres, as desigualdades com suas múltiplas faces, as injustiças e principalmente os incontáveis processos de exploração econômica e dominação política das classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada das classes que vivem do trabalho. Entendo que os impactos desse processo histórico alcançam todas as dimensões da vida social, e configuraram uma cultura política profundamente conservadora, que chega até o tempo presente (cf. WANDERLEY, 2008, p. 56).

Ao mostrar as particularidades da América Latina, desde os primórdios até a atualidade, o autor apresenta em sua análise algumas dimensões fundamentais em que se desdobra a questão social no Continente, com suas especificidades em tempos e espaços diferenciados.

Assim, as marcas da cultura colonial e escravocrata permanecem presentes em nossas relações sociais, características do capitalismo periférico, neste continente “[...] onde a supressão do estatuto colonial ocorreu no plano político, mas não no plano econômico [...] O que nos une – o que dá unidade real, objetiva, aos povos latino-americanos – é a ameaça imperialista; é a exploração imperialista. Este é um dado objetivo” (NETTO, 2012, p. 97).

No caso brasileiro, sem dúvida, os processos que caracterizaram a formação social e política do país impulsionaram a criação de uma sociedade na qual o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixaram, suas marcas profundas e estruturantes na história brasileira e implantaram bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo periférico e dependente e das particulares características da questão social que se caracteriza como um traço estrutural da sociedade brasileira. Assim, as dimensões étnico-raciais e de gênero e as marcas do escravismo e do patriarcado entre outras, estão presentes nas manifestações cotidianas da questão social com a qual se confronta a profissão.

## **2 Serviço Social e Questão Social**

De uma forma geral, a emergência da profissão, na sociedade industrializada, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos reguladores da vida social. No Brasil, as particularidades desse processo mostram que o Serviço Social enquanto profissão, se institucionaliza e legitima como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado,

no país, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da questão social<sup>(1)</sup>, a partir dos anos 30. É quando crescem suas manifestações sobretudo nas condições de vida dos segmentos mais empobrecidos da população e quando as ações de caráter religioso e filantrópico desenvolvidas pela solidariedade da sociedade, mostram-se insuficientes para dar conta das necessidades sociais dessa população, que o Estado assume o papel regulador na condução de políticas econômicas e sociais. A questão social é portanto, a "matéria prima" e a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade profissional.

Com o crescimento das demandas por bens e serviços por parte de trabalhadores, o Estado brasileiro, particularmente na década de 40 é pressionado no sentido de desenvolver ações no âmbito social e passa a intervir diretamente no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento de necessidades sociais da população. Assim, pela criação de políticas no campo social abre-se no Estado, para o emergente Serviço Social brasileiro, um mercado de trabalho que vai ampliar suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado sob o patrocínio da Igreja Católica.

Nesse contexto, a profissão amplia suas áreas de ação, assume um lugar na execução das políticas sociais públicas e, a partir daí tem seu desenvolvimento relacionado com as requisições de um Estado que passa a intervir na Questão Social pela mediação de políticas no campo social. Há então uma reorientação da profissão, que, para atender às novas configurações da questão social, avança na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos e sistematizar seu espaço sócio-ocupacional. Esse processo mantém a profissão no caminho do pensamento conservador pela junção do discurso humanista cristão com um suporte técnico científico de base positivista. Como nos lembra Netto,

O caminho da profissionalização do Serviço social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle.[...] Trata-se justamente do espaço que se engendra na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida, no conflituoso processo em que se gestam as condições histórico sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que possam mover práticas profissionais como a do assistente social (NETTO, 2011, p. 71-72).

---

<sup>(1)</sup> Questão Social neste momento é entendida sob a ótica da Doutrina Social da Igreja Católica responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Esta relação vai imprimir à profissão que se inicia no país, com a criação da primeira Escola de Serviço Social em 1936 (a atual Faculdade de Serviço Social da PUC/SP) um caráter de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem. As primeiras iniciativas de organização da profissão vinculam-se ao protagonismo de grupos sociais majoritariamente femininos, participantes do movimento católico leigo e responsáveis pela ação social da Igreja Católica junto aos segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe operária, especialmente crianças e mulheres.

Cabe assinalar que as marcas históricas que plasmaram a formação da sociedade brasileira se colocam como mediações relevantes e permanecem inquestionáveis nas expressões contemporâneas da Questão Social brasileira. Estão presentes ainda, desde sempre e nos processos renovadores do Serviço Social brasileiro, no âmbito do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano.

É no contexto desse processo de Renovação que temos a emergência de novas vertentes teórico-metodológicas explicativas da profissão e da realidade e é no desdobramento desse processo renovador que merece destaque o *Congresso da Virada* (III CBAS) em 1979, onde aprofunda-se o processo de redefinição, em uma conjuntura de contestação à ditadura militar, vigente no país desde 1964, acerca da Direção Social da profissão e de seus fundamentos históricos, ontológicos, ético-políticos, culturais e técnico operativos, alcançando a organização, o trabalho, a formação e a cultura política dos assistentes sociais brasileiros.

No âmbito da formação, caracterizado pela formulação de Diretrizes Curriculares, aprofunda-se o debate sobre as Diretrizes seus Eixos e Núcleos. Só para lembrar as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da ABEPSS em 8 de novembro de 1996, constituindo-se em fundamento para a elaboração das Diretrizes Curriculares de 26 de fevereiro de 1999, revisada pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social<sup>2</sup>. Essas Diretrizes Curriculares têm como pressuposto a permanente atualização dos conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais articulados em um conjunto de conhecimentos indissociáveis, organizados em três núcleos de fundamentação: “núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social”; “núcleo de fundamentos da sociedade brasileira” e “núcleo de fundamentos do trabalho profissional”.

### **3 As teses sobre a Questão Social da Revista Temporalis**

É no contexto de homologação das diretrizes curriculares de 1996 da ABEPSS para os cursos de Graduação em Serviço Social, que a Revista Temporalis publicou seu terceiro número, tendo como tema central a Questão Social e o Serviço Social, um dos eixos fundantes do trabalho do assistente social e de seu processo formativo, cuja abordagem foi tema do VII ENPESS, ocorrido em dezembro de 2000, na UNB. Nesse sentido, a Revista registrou as conferências realizadas nesse Encontro objetivando a ampliação do debate e sua socialização.

Foram quatro as conferências que marcaram esse Encontro: “A Questão Social no Capitalismo” proferida por Marilda Iamamoto; “Pobreza e exclusão Social: expressões da questão social no Brasil” proferida por Maria Carmelita Yazbek; “Cinco notas a propósito da expressão ‘questão social’” abordada pelo professor José Paulo Netto e “Questão Social, serviço social e direitos de cidadania” apresentada por Potyara Amazoneida Pereira.

Nessas análises foram apresentadas bases fundamentais para a abordagem conceitual da questão social brasileira, seu vínculo orgânico com o Serviço Social, suas principais formas e expressões nessa sociedade. Em síntese, a Questão social apresentava-se ao debate “[...] como elemento central na relação entre profissão e realidade” (YAZBEK, 2001, p. 33). Dimensões presentes no universo do trabalho do assistente social, as expressões, sequelas ou

---

<sup>2</sup> A referida comissão foi composta pelas professoras Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigues, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley.

manifestações da questão social permeiam o cotidiano desse trabalho na sociabilidade do capital.

O ponto de partida ali formulado por Iamamoto (2001) é de que a questão social explica-se nas relações sociais capitalistas, sua análise “[...] é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 10). Nesse sentido, expressa as desigualdades constitutivas da ordem capitalista e as lutas pela apropriação da riqueza social. Entende a autora, que sua produção/reprodução assume expressões históricas e “[...] mediatizadas por relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais [...] em processo denso de conformismos e rebeldias, forjado ante as desigualdades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Assim sendo, estamos diante de “[...] questão que se reformula e redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente” (YAZBEK, 2001, p. 33). Ou seja, a questão social é “[...] insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem, não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente, a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões socio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (NETTO, 2001, p. 48). É ainda Netto que vai nos apontar que a Questão Social, na sua “[...] integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.” (NETTO, 2001, p. 46). Em síntese, considerando as marcas de nossa cultura política, de nossas histórias colonial e escravocrata.

Na problematização, contida nesses quatro textos, especialmente no trabalho de Iamamoto, vamos encontrar a afirmação de que a “[...] expressão ‘questão social’ é estranha ao universo marxiano [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 11), “[...] embora os processos sociais que ela traduz, encontrem-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 11),

Em direção semelhante, afirma Netto que a “[...] análise marxiana da ‘Lei Geral da Acumulação Capitalista’ [...] revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios” (NETTO, 2001, p. 45).

Lembra ainda Netto em seu texto que na segunda metade do século XIX a expressão “desliza” para o “universo conservador” tendo como marco a Revolução de 1848, quando de um lado, a burguesia encerra seu ciclo progressista e no mundo confessional temos Leão XIII com sua Encíclica *Rerum Novarum* de 1891.

Assim, para Netto e Iamamoto, embora a expressão não tenha sido formulada no universo marxiano, seus elementos constitutivos podem ser encontrados na Lei Geral da Acumulação, contida no vigésimo terceiro capítulo do *Capital*.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Neste XXIII capítulo do *Capital*, Marx (2013) afirma: “Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível

Recentemente, no livro de Raquel Raichelis, *A nova morfologia do Trabalho Serviço Social* (2018), lamamoto (p. 72 de seu texto *Serviço Social, Questão Social e trabalho em tempo de Capital Fetichado*) assim define a Questão Social “A ‘questão social’ e a desigualdade fundante que a constitui são, portanto, indissociáveis da sociabilidade capitalista. Elas envolvem uma arena de disputas políticas e culturais ante as disparidades socialmente produzidas. As expressões da ‘questão social’ condensam múltiplas desigualdades mediadas por *disparidades nas relações gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil, no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social, contraposta à apropriação privada do trabalho – a ‘questão social’ atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI,1992)”.

Nesta concepção lamamoto vai destacar algumas das mediações históricas que configuram as expressões particulares da questão social brasileira e latino americana que necessitam problematização e aprofundamento.

#### 4 - Expressões da Questão Social contemporânea em tempos de devastação do Trabalho

Em tempos de Capital Fetichado, de transformações estruturais e conjunturais do capitalismo, que se processam sob a dominância do capital financeiro, é fundamental decifrar as dimensões constitutivas da Questão Social que “[...] instaurou-se no planeta com a tomada de poder mundial pelo regime capitalista em sua nova dobra – financeirizada e neoliberal –, poder que leva seu projeto colonial às últimas consequências, em sua realização globalitária” (ROLNIK, 2018, p.1).

Vivemos nesse contexto, como aponta Antunes (2021), formas profundamente predatórias do capitalismo, com trabalhadores desprotegidos, desprovidos de direitos e em condições de tal exploração que esse tempo “[...] se assemelha ao capitalismo da acumulação primitiva” (afirmação em live de aula inaugural do Programa de Estudos Pós graduados em Serviço Social da PUCSP em 19/04/21). Condição que se aprofundou na pandemia, mas se relaciona a um conjunto de medidas anteriores que vêm caracterizando o avanço do projeto capitalista ultraneoliberal. Sem dúvida, um contexto que, agravado pela condição da pandemia do COVID 19, vem colocando em evidência questões relativas à própria sobrevivência da Humanidade.

Nessa direção, a análise das atuais manifestações da questão social brasileira e global, tendo como solo as relações que se estabelecem entre as classes sociais sob o domínio do capital financeiro, considerando as mediações de gênero e a questão étnico-racial, evidencia a ampliação das desigualdades, com suas inúmeras faces. Assim, classe, gênero e raça são eixos estruturantes da dominação, processo que é atravessado pela luta de classes, em que os capitalistas pressionam permanentemente por uma maior extração possível de trabalho não pago e trabalhadores, por outro lado, enfrentam uma burguesia que vem buscando minar suas

---

se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maiores forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui” (MARX, 2013, p. 719-720).

formas de organização, subtrair direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados. A violência de Estado e a exceção são a regra. Cabe lembrar que parte dessa burguesia se posiciona politicamente alinhada à extrema direita e ao avanço do conservadorismo global, tendo como suporte o ultraneoliberalismo.

São tempos de crescimento do conservadorismo de traços fascistas e de exposição da face hiperautoritária do neoliberalismo nos termos de Dardot e Laval (2016) que afirmam “[...] o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente a sociedade. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7) incluindo o Estado.

Efetivamente, o neoliberalismo, insere-se em um quadro normativo que “[...] emprega ‘técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades [...]’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21) e “[...] não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Contexto no qual vai se tornando evidente que o capitalismo financeirizado supõe a moldagem de subjetividades, necessárias para a instalação do Estado neoliberal e para a destruição de todas as conquistas democráticas e republicanas. [...]. Subjetividade classista e racista, “[...] para não dizer colonial e escravocrata, o que os leva a querer cumprir este papel, sem qualquer barreira ética e numa velocidade vertiginosa” (ROLNIK, 2018, p.1).

Assim, para uma síntese sobre as manifestações da Questão Social sob o comando do capital financeiro, temos, de um lado: no mundo inteiro massas crescentes de trabalhadores e trabalhadoras informais, desempregados, uberizados, precarizados, sem direitos, sem unidade como lembra Virginia Fontes (no Brasil, conforme a – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de fevereiro de 2021 são 14.4 milhões de desempregados e 6 milhões em condição de desalento, um crescimento de 36% em um ano com impacto de 5% a mais em relação às mulheres). Nesse Brasil, temos oficialmente o dado de que 19 milhões de pessoas passam fome dado que, em termos globais, se expressa hoje em 800 milhões de pessoas, enquanto a concentração de renda e de riqueza alcança níveis absolutamente obscenos.

De outro lado, temos o avanço da concentração de propriedades, riquezas, a emergência de novos bilionários, a união íntima de banqueiros e industriais numa fusão pornográfica de todos os tipos de propriedade de capital (empresas, bancos, serviços, comércio, terras). Em 2020, somente o capital financeiro foi constituído por 4 vezes o PIB global, gerando crises financeiras constantes. A financeirização e a enorme concentração da propriedade expressam os movimentos atuais da burguesia que controla os diversos segmentos do capital, articulando consensos e criando mecanismos de sujeição do Trabalho ao Capital, sem intermediação de direitos, exponenciando a Lei Geral da Acumulação, gerando uma multidão de trabalhadores disponíveis e subordinados, sem direitos, sem definição da jornada, em condições de absoluta precarização.

Como afirma Antunes (2021) “[...] tudo vale e tudo ficou mais fácil para o Capital [...]” (live aula inaugural live de aula inaugural do Programa de Estudos Pós graduados em Serviço Social da

PUCSP em 19/04/21) com o avanço da financeirização e do mundo maquínico digital. Para Pochmann e Oliveira (2020) a condição tecnológica provoca profundas mudanças na sociedade regulada por direitos sociais e trabalhistas. Vemos hoje o declínio do assalariamento e a associação do trabalho ao que Vera Telles denomina de *viração* já em 2004 e Ludmila Abilio, retomando esse conceito, nos coloca diante da emergência do trabalhador *Just in time* (2020), sem direitos, com seu trabalho gerenciado por algoritmos, que geram novas formas de subordinação e onde nada é garantido.

Nesse sentido, a natureza desse capital precisa ser desvelada para entender o seu ataque contra o Trabalho e contra as políticas sociais em relação às quais a conclusão que se chega é que não interessa a esse “[...] capital manter políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado [...]” (MARQUES, 2018, p. 110) para essa multidão sobrando.<sup>4</sup>

### **Considerações Finais: Serviço Social e Questão Social em tempos adversos**

O quadro rapidamente aqui traçado nos coloca diante de uma realidade que nos interpela, que nos desafia e não é certamente uma tarefa fácil. Trata-se de questão de grande tensionamento, pois refere-se a uma interlocução com o adverso. Como lutar pela liberdade, pela equidade, pela justiça, pela construção de direitos, contra práticas racistas e homofóbicas, entre outros aspectos, nesse contexto? Como levar adiante este embate? Luta desigual, mas que deve nos encontrar preparadas (os). Luta que só se luta no coletivo – um traço dessa nossa história ..., mas que deve ser de cada um, todos os dias. Luta que supõe o estudo, a pesquisa, o debate e a organização coletiva. Não há melhor caminho para qualificar o trabalho da profissão. O Serviço Social é uma profissão em movimento na história (YAZBEK, 2019).

Entendemos a história como processo de múltiplas e contraditórias dimensões e, assim sendo, ao mesmo tempo em que se gesta uma direção, uma tendência, um caminho ou movimento, emergem reações e contraposições, pois a história não é linear ou evolutiva e expressa os antagonismos de classes em suas relações. Não há momentos históricos que sejam homogêneos, como não há espaços sem contradição. O processo histórico de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Nessa perspectiva, não há para

---

<sup>4</sup> Desvendar esse quadro exige desvendar a Teoria do valor Trabalho em Marx.. Como sabemos a teoria do valor trabalho em Marx (presente nos três livros do Capital) apresenta a gênese e o fundamento do desenvolvimento da produção simples do Capital a partir do processo produtor de mercadorias (mercadoria: objeto que contém valor de uso e valor). Para Marx, (cf. Livro 1) para entender o valor é preciso entender a mercadoria. Em sua análise há uma mercadoria que produz mais valor do que o valor que ela custa (mais valia é igual a mais valor para o capital). Essa mercadoria é a força de trabalho. Assim, o valor é uma determinação que se cola ao trabalho humano, mas só se cola no trabalho pela peculiar forma de organização material da vida social, por ser mercadoria (que tem valor de uso para outro, portanto valor de troca - tem que circular, caso contrário não há troca). É o tempo do trabalho abstrato (trabalho humano socialmente necessário, sem considerar a forma de trabalho efetivado) que produz valor para o capital. É o trabalho abstrato cujo valor aparece como valor de troca A esfera da circulação (trocas permanentes no mercado) é onde a valorização aparece. O Capital é esse movimento de valorização do valor (primeira definição de capital que aparece no Capital), mas o Capital também é uma relação social que transforma a força de trabalho em mercadoria, processo que permite a criação do valor, pela extração da mais valia (tempo de trabalho excedente não pago) absoluta ou relativa. Apresentando simplificada, a mais valia absoluta corresponde ao prolongamento da jornada de trabalho e a mais valia relativa corresponde ao excedente obtido pela intensificação do trabalho obtida pelo maquinário, pelas TICs, e meios digitais, pela robótica etc. Nesse caso sabemos que o tempo de trabalho é potencializado pela Tecnologia, pelo barateamento do capital constante e do crescimento da superpopulação relativa.

o Serviço Social neutralidade, ou possibilidade de deixar de participar desse processo, cuja direção está sempre em disputa.

Estamos inseridos em uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.

Analisar o Serviço Social nesta perspectiva permite em primeiro lugar apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Classes que tem cor e gênero. Ou seja, o trabalho profissional do assistente social é necessariamente polarizado por interesses em relação, não podendo ser pensado fora dessa trama. Cabe ainda ter presente que nesses tempos, os assistentes sociais, como trabalhadores, também sofrem com a redução do trabalho formal e, conseqüentemente, o acesso aos direitos trabalhistas. A experiência do desemprego temporário e a ameaça de desemprego afetam diretamente a sobrevivência material e social do assistente social, que depende da venda de sua força de trabalho para a obtenção de meios de vida como qualquer trabalhador assalariado.

Nesse contexto de crise, ocorrem profundas transformações nas *políticas sociais*, âmbito privilegiado do trabalho profissional, com a recomposição dessas políticas que se tornam cada vez mais focalizadas, desfinanciadas e precarizadas. O desafio é enorme, imensurável. E é nesse âmbito que devemos localizar o significado contraditório do trabalho profissional, especialmente na gestão e operacionalização de políticas sociais: na disputa pelos sentidos da sociedade, na luta contra o desmanche de direitos cuja regulação vai passando para espaços do mundo privado; na construção de parâmetros capazes de deter a privatização do público, e a destruição da política, na perspectiva de construir a hegemonia dos interesses das classes que vivem do trabalho em nossa sociedade. Isso a política social pode construir, deve construir. E, é por isso que a Política Social pode ao menos minimizar os impactos das transformações aqui analisadas sobre a vida das classes subalternizadas, nessa difícil conjuntura. Colocam-se assim, para o Serviço Social tarefas imprescindíveis na efetivação de direitos(s), e na qualificação de seu trabalho cotidiano.

Em síntese, de modo geral a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Seja no tempo miúdo do cotidiano, como tenho tantas vezes afirmado, por dentro dos espaços institucionais onde atuamos, politizando nossas iniciativas, buscando novas práticas, buscando espaços a ocupar como conselhos e fóruns, considerando as variadas lutas e propostas de resistência. Seja no apoio às resistências cotidianas das classes subalternas em suas lutas em nossa sociedade, expressando que profissionalmente caminhamos junto aos nossos usuários.

De modo geral, esse tempo de mudanças globais, vem alterando o perfil da Questão Social, assim como das requisições ao Serviço Social e de sua inserção no trabalho coletivo das organizações empregadoras públicas e privadas, os tipos de projetos de trabalho eleitos como prioritários e o público a quem se dirigem, os recursos disponíveis, as tecnologias que apoiam a dinâmica organizacional, dentre muitas outras dimensões. É preciso responder a esses desafios, que são também diversos e sempre imensuráveis na perspectiva do atendimento às necessidades da

população com a qual trabalha o assistente social. É nesse âmbito que devemos localizar o significado de nosso trabalho profissional, seja ao nível da pesquisa ou do trabalho cotidiano. Por um lado, mostra-se fundamental a pesquisa sobre as múltiplas expressões da “questão social” — dos sujeitos e conflitos sociais nelas envolvidos — e das políticas e ações do Estado ante as necessidades e reivindicações expressas por segmentos da sociedade civil alvo das ações profissionais. Por outro lado, o trabalho profissional realizado na gestão e operacionalização de políticas sociais pode minimizar impactos das transformações aqui indicadas, nos limites impostos à profissão na divisão social e técnica do trabalho, cuja ultrapassagem requer alianças e compromissos políticos com as forças vivas e emancipatórias que movem a história.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. Crise e pandemia: transformações no trabalho e desafios profissionais. São Paulo: PUCSP, 19 abr. 2021. 1 vídeo (2h 30min. 12seg.). Publicado pelo Canal PUC-PLAY. Disponível em: <https://www.pucsp.br/pucplay/video/crise-e-pandemia-transformacoes-no-trabalho-e-desafios-profissionais>.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. As nossas classes dominantes sempre oscilaram no controle do poder político e da dominação no Brasil. **Ideias de Esquerda Revista de Política e Cultura**. Revista Eletrônica. Entrevista em: 5 maio 2017. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social, “Questão Social”, e Trabalho, em tempo de Capital Fetice. *In*: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; CORREIA, Valéria (Orgs.). **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço social em tempo de capital fetice**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.
- IANNI, Octávio. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da “Questão Social” no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.
- IANNI, Octávio. A ‘Questão Social’. *In*: IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992. (p. 87-109).

MARQUES, Rosa. Capitalismo financeiro e as Políticas Sociais: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; CORREIA, Valéria (Orgs.). **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, Livro I; o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 719.720 (grifos de Marx).

NETTO, José Paulo. A questão social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lúcia; RAIZER, Eugenia Céla (Orgs.). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória: Edufes, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.

ROLNIK, Suely. O Seriado do Golpe em três temporadas. **Outras Palavras**, São Paulo, 4 fev. 2018. ACESSO em: 07/11/2018

PASTORINI, Alejandra. **A categoria ‘questão social’ em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.

POCHMANN, Marcio; OLIVEIRA, Dalila. **A devastação do Trabalho**. A classe do labor na Crise da Pandemia. Brasília. Ed, Positiva, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. CNTE, 2020

RAICHELIS, Raquel. Proteção Social e trabalho do Assistente Social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez Editora, n. 116, 2013.

SUM, Ngai Ling. Crise do capitalismo Financeiro e seu ataque às necessidades sociais. **Politizando!**. Boletim do Núcleo de Estudos e pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UNB) Capital Fictício e Servidão Financeira, dez. 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto Ético Político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela (Orgs.). **Serviço Social na História América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.

---

**Maria Carmelita YAZBEK**

Mestrado (1977) e Doutorado (1992) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós doutoramento no âmbito de ciências políticas pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - USP, na temática: Fundamentos Políticos das Ideias Contemporâneas (2001). Atualmente é professora do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Conselho Científico e Acadêmico do Doutorado e do Curso de Especialização em Política Social da Faculdade de Serviço Social da UNLP - La Plata, Argentina. Foi professora visitante do Instituto Superior João Paulo II de Luanda Angola e da Universidade Lusófona do Porto. Bolsista Produtividade do Cnpq A1 Projeto: O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e suas interlocuções com o Serviço Social europeu no período de 1960/1980: a particularidade do caso português. Início 2018. Participa atualmente de duas grandes pesquisas: 1- Pesquisa financiada pelo CNPq, coordenada pelas profas. Marilda Iamamoto e Claudia Monica dos Santos, sobre "O Movimento de Reconceituação do Serviço Social em América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória) participando do sub projeto sobre Os movimentos contestatórios no Serviço Social europeu e norte americano no período de 1960/1980; 2- Projeto de Pesquisa financiado pela FAPESP: Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais. Esse projeto coordenado pelo prof. José Fernando Siqueira da Silva, envolve as Universidades: UNESP, UNIFESP e a PUCSP em São Paulo além da UNB e a da UFTM fora de São Paulo. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Fundamentos e História; Classes subalternas; Política Social; Assistência Social e Pobreza. Membro do conselho editorial de diversos periódicos relacionados a área.

---